

## (GT 2: Interseccionalidades)

### Território e saúde mental: uma articulação interseccional

Hewerton Gonçalves Pereira Rosa<sup>1</sup>  
Júlia Carriel de Paula<sup>2</sup>

#### 1. INTRODUÇÃO

Um conceito que se difunde amplamente nos dias atuais é o de saúde mental. Programas de televisão, redes sociais, matérias jornalísticas abordam esse conceito em seus conteúdos com vistas a explicitar sua importância e aplicabilidade. Entretanto, saúde mental não é algo tão simples de se definir, nem mesmo de se caracterizar integralmente – uma vez que é um conceito multideterminado, interseccional e complexo (VIEIRA; TORRENTE, 2022) – logo, muitas vezes pode ser levado de forma superficial e incompleta para a sociedade em geral.

De acordo com Paulo Amarante (2007), ao abordarmos a saúde mental, nos referimos a um campo composto por um espectro de saberes, tais como Psiquiatria, Neurologia, Psicologia, Psicanálise, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Geografia e outros. Segundo o autor, também devemos levar em grande consideração as manifestações culturais, morais, religiosas e ideológicas das pessoas e comunidades envolvidas com o referido conceito. Amarantes ainda complementa que esses conhecimentos não compõem a saúde mental de forma isolada, mas de maneira entrecruzada, isto é, interseccional.

A interseccionalidade em Saúde Mental apresenta grande relevância por caracterizar como a interação entre múltiplas de diferenças e desigualdades se refletem na vida dos sujeitos, de modo a compreender a lógica e as implicações do entrecruzamento desses diferentes eixos de dominação (MELLO; GONÇALVES, 2010). Dessa forma, ao analisarmos o processo de saúde mental de um sujeito e/ou

---

<sup>1</sup> Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e hewerton.goncalvespsi@gmail.com .

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e psijuliacarriel@gmail.com .

de uma comunidade, marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade e território devem ser investigados visto que fazem parte do rol de eixos determinantes em saúde mental, como já apontado por estudos como o de Smolen (2017).

Dentro desse espectro interseccional de saberes, para o presente estudo, a relevância da articulação entre o conceito de território e saúde mental será o foco da discussão. Apesar de amplamente utilizado em diferentes situações, o termo “território” carrega consigo múltiplas significações, a depender do contexto e campo de conhecimento em que é empregado.

O Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (2024) traz algumas definições para o termo “território”, como uma área de grande extensão e porção de terra, a partir de um viés exclusivamente físico e espacial. Todavia, seus diferentes sentidos podem ir além de uma determinação simplória e exclusivamente espacial, isto é, podem englobar também ideais políticos, sociais e ideológicos de modo a beneficiar ou não determinado viés (FURTADO *et al*, 2016).

Abordar o território, considerando apenas sua realidade material, é destituí-lo de sua contribuição para a produção de vida, tanto em relação aos impactos físicos que produz sobre os sujeitos que ali vivem, quanto à sua função de agente social participativo na construção de relações e afetos entre tais sujeitos.

Ao entrecruzarmos território e saúde mental, historicamente, o lugar de cuidado dos ditos “loucos” por muito tempo foi o de exclusão e isolamento, juntamente à uma lógica de controle e docilização desses sujeitos, por meio de hospícios e hospitais psiquiátricos tradicionais (LIMA; YASUI, 2014). Todavia, com a Reforma Psiquiátrica Brasileira – amplamente influenciada pelo movimento italiano – a exclusão e institucionalização dos sujeitos passa a ser criticada fortemente, isto é, o que norteava a reforma era uma lógica antimanicomial marcada sobretudo pela superação do “conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos, de códigos de referência e de relações de poder que se estruturam em torno do objeto ‘doença’” (BRAGA, 2019, p. 10).

Nesse raciocínio, o conceito de território se contrapõe à lógica tradicional e passa a ser considerado um lugar de cuidado, marcado por processos sociais, políticos, econômicos, pela história da comunidade e suas relações (DA SILVA; DE PINHO, 2015). Além disso, ganha um caráter crítico, caracterizado pela presença de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

relações de poder em um espaço delimitado, e é reforçado no Brasil pela vertente da Geografia Crítica e pelos estudos de Milton Santos (FURTADO *et al*, 2016), os quais foram de grande relevância para orientar sanitaristas de sua época sobre a noção de território (DA SILVA; DE PINHO, 2015).

## 2. DESENVOLVIMENTO

Para o geógrafo Milton Santos, o território “seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política” (SANTOS, 2002, p. 87). Desta forma, para além do espaço físico, o território é formado pelas relações sociais que ali se dão histórica e cotidianamente, ou seja, pela forma como os sujeitos que ali vivem usam esse espaço, o que dá bases para o chamado “território usado” segundo Santos e Silveira (2001).

Nesta perspectiva, o território se apresenta vivo e dinâmico, a partir das vivências cotidianas, possibilitando uma percepção integrada das diferentes práticas e processos sociais, políticos e econômicos que o compõem (LIMA; YASUI, 2014).

Tendo em vista a dinâmica viva e relacional construída com e a partir do território, a noção de saúde mental dos sujeitos/da comunidade passa a ter relação com as práticas e relações cotidianas ali praticadas, visto que é no território onde as formas de ser, de se relacionar, de consumir, isto é, de se viver são produzidas (*ibid*). Vivências cotidianas estruturadas entre indivíduos, empresas, instituições, formas jurídicas, sociais e geográficas, a partir de parâmetros de copresença, vizinhança, intimidade, emoção, cooperação e socialização existentes no território (MONKEN *et al*, 2008).

Ademais, Milton Santos (2001) aponta que os territórios, embora permitam a existência de formas e relações de dominação, também possibilitam a emergência de outros modos de se viver, isto é, modos de resistência. Sendo assim, para o autor, a partir do conhecimento integral de um espaço e de sua história, é possível ali intervir de maneira eficaz e consciente.

Posto isto, pautar o território, enquanto um aspecto fundamental na construção de saúde mental dos sujeitos/da comunidade, é crucial para pensar a reforma

psiquiátrica na atualidade e sua contínua consolidação. Para isso, a existência de práticas sociais e políticas públicas articuladas integralmente ao território e às suas especificidades se faz necessária para a promoção de saúde mental aos sujeitos que ali vivem e se relacionam.

Nesse sentido, possibilitar encontros, baseados na relação com o território e com aqueles que ali vivem, além de contribuir para uma noção de pertencimento e de estreitamento de vínculos, promove saúde mental aos sujeitos a partir da afirmação de práticas culturais e sociais enquanto componentes desse conceito.

Assim, além de embasar práticas sociais e culturais, o conhecimento integral de um território permite a serviços de saúde e saúde mental articular de forma mais eficiente e completa suas ações territoriais, buscando atender as especificidades e demandas únicas dos sujeitos e da comunidade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desta maneira, entende-se que uma noção de território completa e interseccional é necessária para contemplar a integralidade do conceito de saúde mental e, assim, embasar o estabelecimento de práticas sociais e políticas públicas de base territorial com vistas à promoção de saúde para os sujeitos e a comunidade.

Para tanto, é preciso que haja maior difusão do entendimento do conceito de território para além de noções físicas e espaciais, introduzindo também os aspectos dinâmicos e relacionais existentes, sejam entre os sujeitos, as diferentes formas de vida, o meio ambiente e/ou os aspectos políticos, sociais e econômicos que permeiam a existência do território em questão.

No campo da Saúde Mental, uma noção de território que não exclui, mas inclui e considera o protagonismo e a autonomia dos ditos “loucos” é a linha de cuidado necessária para o estabelecimento de uma oposição à lógica manicomial, a qual já fora em demasia perpetuada e hoje ainda se encontra em práticas sociais e institucionais.

Sendo assim, estudar, analisar e divulgar a relação entre os conceitos de território e saúde mental – de maneira interseccional e complexa – é apoiar e afirmar que a saúde e a saúde mental são campos amplos, determinados não somente por um

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

viés biomédico, mas também influenciados por marcadores sociais, culturais, econômicos e políticos, de modo entrecruzado e que também leva em consideração as práticas e saberes populares.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

BRAGA, Cláudia Pellegrini. A perspectiva da desinstitucionalização: chaves de leitura para compreensão de uma política nacional de saúde mental alinhada à reforma psiquiátrica. **Saúde e Sociedade [online]**. v. 28, n. 4, pp. 198-213. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019190125>. Acesso em: 11 ago. 2024.

DA SILVA, Aline Basso; DE PINHO, Leandro Barbosa. Território e saúde mental: contribuições conceituais da geografia para o campo psicossocial. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 420–424, 2015. DOI: 10.12957/reuerj.2015.10091. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/10091>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FURTADO, Juarez Pereira et al. A concepção de território na Saúde Mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 9, p. e00059116, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mhkpnm87vhrXYBWKzy7psjy/#>. Acesso em: 11 ago. 2024.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em Debate**, v. 38, n. 102, p. 593–606, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QbbzS8wB6xFWrmKHPKCNRMb/#>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MONKEN, Maurício et al. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: MIRANDA, Ary Carvalho de et al. (Org.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. Disponível em: [https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/teritoiro\\_na\\_saude.pdf](https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/teritoiro_na_saude.pdf). Acesso em: 11 ago. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O país distorcido. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **O País Distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4021–4030, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RJbPdTCPbgSFcMpMYjhb8Fv/#>. Acesso em: 11 ago. 2024.

TERRITORIO. In: Infopédia. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Porto Editora, 2024. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/território>. Acesso em: 11 ago. 2024.

VIEIRA, Vera Maria Sérgio de Abreu; TORRENTÉ, Mônica de Oliveira Nunes de. Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210674, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6RPNvjyCvgjmZjMgvSDDpZq/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná